

Alcoolismo, discurso científico e escrita de si no *Diário do Hospício* de Lima Barreto*

Alcoholism, scientific discourse and writing to the self in the *Diário do Hospício* by Lima Barreto

Raul Max Lucas da Costa**

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar as concepções médicas sobre o alcoolismo e suas repercussões sociais a partir da experiência de Lima Barreto como interno no Hospital Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro entre os anos de 1919 a 1920. Em sua escrita de si, o autor tece considerações sobre o alcoolismo, a loucura, as teorias científicas da época, além de evidenciar as distinções sociais e as relações de poder dentro do espaço asilar. Constatamos que o discurso médico concebia o alcoolismo segundo os princípios eugenistas de degeneração e hereditariedade. Concluímos que, a escrita do autor funcionava como uma produção de si que interrogava os pressupostos eugenistas determinantes nas práticas médicas de reclusão e tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: alcoolismo, psiquiatria, asilo, higiene mental e subjetividade.

ABSTRACT

This article objective to investigate the medical conceptions about alcoholism and yours social repercussions from the experience of Lima Barreto as a patient in the Hospital Nacional de Alienados (HNA) from Rio de Janeiro, between the years 1919 to 1920. The author writhed about alcoholism, madness and scientific theories at the beginning of the twenty century. Writhed about the social differences and the relations of power in the asylum. The thinking medical eugenics defined the alcoholism according to the principles of degeneration and heredity. The writing of the author worked as a self production that questions the principles eugenics determined that the medical practices of confinement and cure.

KEYWORDS: alcoholism, psychiatry, asylum, mental hygiene and personality.

Se essas notas forem algum dia lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar esse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacordo profundo entre mim e ela; é de tal forma nuançoso a razão de ser disso, que para bem ser compreendido exigiria uma autobiografia, que nunca farei. [...]
Aqui bem alto declaro que, se a morte me surpreender, não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas

* Agradecemos a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) o financiamento dessa pesquisa.

** Mestrando em História Social, Universidade Federal do Ceará (UFC) / Brasil.

*que se sirva com o máximo cuidado e
discrição, porque mesmo no tûmulo eu
poderia ter vergonha.*

Lima Barreto¹

Introdução

Era véspera de Natal em 1919 quando Afonso Henriques de Lima Barreto adentrava aos portões do Hospital Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro, conduzido por policiais. Passara a noite anterior vagando pelos subúrbios da cidade em estado delirante. O motivo que o levava ao asilo era o mesmo de suas primeiras internações: episódios de loucura devido ao excesso de bebidas. Na terminologia médica tratava-se de “alcoolismo”, diagnóstico que legitimava sua reclusão e internamento naquela instituição.

Seria essa uma experiência anônima, ou ainda com registros vagos, se não fosse a iniciativa de Afonso Henriques em torná-la memória escrita e inspiração para um romance inacabado: *O Cemitério dos Vivos*. Seria anônima, ainda, se não fosse Lima Barreto. Literato, cronista e boêmio que viveu a efervescência urbana do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, conhecido também como “escritor maldito”, Lima Barreto (Ilustração 1) registrou em sua obra literária as contradições do cotidiano urbano do início do século. Autor de livros que se tornaram referência na literatura brasileira, como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* (1919), Lima Barreto não chegou a receber o reconhecimento que esperava de sua obra em vida.

Na época em que Lima Barreto fora internado como alcoólatra no HNA, Eurico de Figueiredo Sampaio,² realizava sua formação médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano de 1922, concluiu sua tese, sob orientação de Henrique Roxo, intitulada *A Influência do Typo Social na Alienação Mental* (SAMPAIO, 1922). A tese consistia numa pesquisa sobre o perfil dos pacientes internados no HNA e em outras instituições asilares da Capital Federal.

Dentre os vários perfis psiquiátricos pesquisados, destacou-se o de “psychose alcoolica”. Partindo dos registros dos pacientes internados por

¹ Diário Íntimo

² Professor do Colégio Militar do Ceará na década de 1920.

alcoolismo, o Dr. Sampaio concluiu que a maioria desses internos era composta por homens pobres, analfabetos, trabalhadores braçais, de cor negra e na faixa etária de 30 a 40 anos.

A presença de um autor literário no espaço asilar contrastava com o padrão estatístico do “alienado mental” estabelecido pela perspectiva psiquiátrica. Essa ruptura na norma médica se acentuou quando a singularidade se sobrepôs à quantificação numérica e a descrição psiquiátrica através da escrita de si. Nesse sentido, é possível estabelecer um confronto entre a subjetividade e o discurso da norma. Subjetividade essa evidenciada na escrita de si e na produção literária.

Para Sevcenko (1995), a literatura também pode ser compreendida como registro e produto das transformações históricas de uma época. Sua análise das tensões sociais no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, a partir das obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, possibilita ao historiador tomar a criação literária como forma peculiar de interpretar a realidade.

Além de sua produção literária, Lima Barreto deixou registrado suas memórias como o *Diário Íntimo* e o *Diário do Hospício*, publicações póstumas organizadas por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa. A edição atual do romance *O Cemitério dos Vivos* é composta de duas partes: a primeira, consiste nas anotações realizadas durante a internação do autor no HNA, o *Diário do Hospício*,³ na passagem dos anos de 1919 a 1920. A segunda apresenta o romance inacabado *O Cemitério dos Vivos*, escrito a partir dessas anotações. Trata-se, portanto, de uma obra que reúne memória e ficção, escrita de si e representação da realidade.

O registro de Lima Barreto em primeira pessoa, muito revela sobre a incidência discursiva das práticas médicas sobre a subjetividade do sujeito histórico. A escrita de si permite ao historiador analisar as nuances conflituosas do sujeito com o outro sócio-cultural que o circunda (GOMES, 2004; SANTOSb, 2005). Essa escrita de si também não deixa de ser uma interpretação da realidade:

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua verdade’. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica

³ Esse diário pode ser compreendido como uma extensão de seu *Diário Íntimo*, sendo dessa forma necessário um estudo paralelo dos dois diários. Os manuscritos originais estão disponíveis no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional.

assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004: 14).

No caso do autor, a crítica ao pensamento científico e aos procedimentos médicos de sua época se apresentam como uma constante em sua escrita. O autor escreveu a partir de um lugar peculiar que foi a sua experiência pessoal como paciente diagnosticado como alcoólatra.

O alcoolismo surgiu como conceito médico em 1849 no livro *Alcoholismus Chronicus, eller chrnisk alkoholsjukdom*, do médico sueco Magnus Huss. Nessa obra, o alcoolismo, ou a doença alcoólica crônica, era definido como uma intoxicação capaz de causar seqüelas e lesões no organismo. Nesse sentido, Magnus Huss realizou um inventário dos efeitos nocivos do álcool no corpo. Contudo, o médico sueco eximiu de sua análise às bebidas fermentadas consideradas higiênicas, dedicando-se somente aos efeitos das bebidas destiladas. Considerava ainda o alcoolismo uma endemia própria dos países nórdicos e um problema de saúde pública (SANTOSA, 1995).

Embora o termo alcoolismo tenha sido cunhado em meados do século XIX, sua incorporação na classificação médica não se deu de forma imediata, pois o emprego medicamentoso de bebidas alcoólicas era recorrente na época. Durante meio século, as bebidas alcoólicas estiveram na fronteira entre o medicamento e o veneno. A difusão das teorias eugenistas elaboradas por Francis Galton, contribuíram para a uma perspectiva hegemônica do álcool, sobretudo da aguardente, como substância nociva, legitimando medidas profiláticas e de reclusão asilar.

No Brasil, a discussão sobre o alcoolismo em meados do século XIX, suscitou diferentes posições quanto ao estatuto terapêutico e nocivo das bebidas alcoólicas. Contudo, no início do século XX, a concepção do álcool como veneno se tornou hegemônica pela difusão das teorias de Kraepelin, pela apropriação da teoria da degenerescência de Morel e pelo ideal eugênico do movimento de Higiene Mental.

O hospício, lugar de exclusão social do louco, também reservou espaço para outro excluído: o alcoólatra. Alcoolismo e loucura, enquanto diagnósticos da psiquiatria moderna, nasceram na mesma época das reformas urbanas e das transformações no mundo do trabalho e no cotidiano citadino, através da

interseção entre capitalismo e ciência.

No final do século XIX, a intervenção médica no espaço da cidade justificou políticas e medidas de controle social. Além da remodelação de ruas, prédios e avenidas, a construção de asilos e cadeias estava inserida no projeto de modernização e civilização da cidade. As propostas de reforma psiquiátrica nas primeiras décadas do século XX puseram em evidência os métodos de tratamento e as práticas de internamento de sujeitos diagnosticados como alcoólatras. A experiência de Lima Barreto como interno do HNA registrada em suas memórias, pôs em xeque as práticas de controle social, além de interrogar o estatuto de verdade do discurso científico de sua época (ENGEL, 2001).

Dessa forma, buscaremos nesse artigo, problematizar o conflito entre a subjetividade e a norma médica, partindo da análise do alcoolismo como conceituação patológica construída historicamente e suas repercussões sociais. Um preceito que nos guia nessa análise é a noção de cotidiano e a relação entre estratégias e táticas formalizadas por Michel de Certeau (1990) como formas de apropriação dos lugares. Da mesma forma, a noção foucaultiana de discurso se apresenta como ferramenta importante para a análise da incidência do saber psiquiátrico no social (FOUCAULT, 1993).

Nesse sentido, a escrita de si de Lima Barreto se apresenta como uma evidência preciosa da tensão e complexidade da interseção entre discursos e práticas, e da subjetividade como produto social e histórica.

O espaço asilar e suas fronteiras

No início de suas anotações o autor nos apresenta uma prática comum à época que consistia na entrada do paciente ao hospício através da força policial: “Estou no hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia.” (BARRETO, 2004: 19). No início do século XX, grande parte das internações asilares era efetuada pela polícia, recolhendo aqueles considerados loucos, bêbados e mendigos das ruas, ou mesmo transferindo presos da cadeia para o asilo (CUNHA, 1986). A proximidade dessas instituições aponta para uma incidência discursiva em comum entre a medicina e a polícia. Sobre essa relação, Lima Barreto discorre:

[...] Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é

essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há 6 anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio (BARRETO, 2004: 20).

Essa “intromissão” policial pode ser compreendida como uma prática de controle social junto à população suburbana da cidade, sobretudo, aqueles considerados loucos e alcoólatras. Nesse sentido, tanto a cadeia como o asilo, compartilhavam da mesma função normativa e disciplinar junto aqueles que viviam como excedentes ociosos no espaço urbano. Lima Barreto revelou que a presença dessas instituições na vida cotidiana produzia uma relação de ambigüidade, visto que o mesmo demonstrou não se incomodar tanto com o hospício, e sim com a polícia. Mais adiante, esclareceu que fora sozinho ao hospício e que um policial o aguardava nos portões da instituição. Esse “acordo” com o policial fora mediado por seu irmão que procurou a polícia como assistência. Essa proximidade com os representantes institucionais evidencia uma teia complexa de relações entre os sujeitos e os aparatos institucionais normativos.

Inaugurado em 1852 como a primeira instituição psiquiátrica do Brasil, o então Hospício D. Pedro II funcionava como espaço para o tratamento moral da loucura seguindo aos preceitos alienistas da época. A partir de 1890 com o advento republicano a instituição passou a se chamar Hospital Nacional de Alienados (HNA), sendo sua administração desvinculada da Santa Casa para a gestão estatal. (COSTA, 2007; ENGEL, 2001).

Outras instituições asilares surgiram na segunda metade do século XIX como o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais em Recife (1874) e o Asilo São Vicente de Paulo (1886) em Fortaleza, o Hospital Psiquiátrico do Juquery (1898) em São Paulo. Em geral, o hospício ou asilo funcionava como espaço de reclusão social no momento em que as capitais brasileiras realizavam suas reformas urbanas acompanhadas por medidas disciplinares junto à população. A construção dos asilos era justificada como uma medida humanitária que pretendia retirar os “loucos” das ruas e da cadeia pública. A essa categoria somavam-se os mendigos, ébrios, menores, idosos e retirantes (ARANTES, 2008).

No HNA, o pavilhão de observações era a porta de entrada para aqueles que ingressavam no hospício como indigentes. O *Diário do Hospício* apresenta um percurso que vai desse pavilhão, para a seção Pinel, destina aos indigentes do sexo masculino, até à Calmeil, seção de pensionistas. Entre os internos havia,

portanto, uma divisão espacial de acordo com suas origens sociais que resultava numa hierarquia de privilégios entre os pensionistas de primeira a quarta classe e os indigentes. Sobre a procedência social dos internos o autor comenta:

[...] os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros roceiros que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que falta de recursos e proteção atira naquela geena social. (BARRETO, 2004: 23).

Facchinetti (2005) em sua pesquisa com prontuários médicos do HNA, revela que enquanto os pensionistas tinham seus prontuários minimamente registrados, os não pensionistas passavam por uma rigorosa observação e registro. Tal fato indica um procedimento que por um lado garantia uma internação sigilosa para os mais abonados e que por outro mantinha um controle social junto à população pobre. Da mesma forma, determinadas seções do hospício eram divididas de acordo com os sexos dos indigentes: a Pinel para os homens e a Esquirol para as mulheres.

Nem todos os internos eram estranhos à Lima Barreto, que reconheceu vários dos que ali estavam: poetas, colegas do colégio, do Exército, da repartição, companheiros de cafés, o enfermeiro-mor e o inspetor de seção amigos de seu pai, dentre outros.

Contudo, apesar dessa lembrança dos outros, o mesmo não fora prontamente reconhecido devido à sua aparência debilitada. Nesse sentido, o autor comenta uma situação inusitada: “O engraçado é que aqueles que eu não conhecia prontamente é que vinham a mim falar-me; e não veio um só; vieram muitos, e todos me trataram com afeto e respeito...” (BARRETO, 2004: 31).

Esse desencontro identitário remete a uma questão pertinente na escrita de si do autor que consistia na falta de um reconhecimento como escritor literário, algo que o mesmo almejava conquistar de seus contemporâneos. Os altos e baixos de sua carreira literária juntamente com seus problemas familiares, foram determinantes para suas crises e internações.

No entanto, foi a partir do reconhecimento de sua pessoa no espaço asilar que Lima Barreto conseguiu um tratamento diferenciado em relação aos outros internos. Sant’ Ana, o enfermeiro-mor da seção Pinel, o transferiu do dormitório geral para um quarto, além de lhe ter favorecido refeições com pensionistas de

quarta classe. Tal gesto torna-se compreensível quando o autor informa que esse enfermeiro havia trabalhado com seu pai, João Henriques de Lima Barreto, que foi almoxarife e administrador de uma colônia agrícola para alienados.

Na ocasião em que vai ao encontro do diretor do HNA, o autor escreve:

Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou. Fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na secção Calmeil. Deu ordens ao Sant'Ana e em breve lá estava eu (Ibidem: 26).

A opção pela Calmeil fora justificada em seu diário como uma possibilidade de ter acesso à biblioteca da seção. Não era a primeira vez que ele recorria à biblioteca do asilo. Estivera na mesma na ocasião de sua primeira internação em 1914. Nesse intervalo de tempo, a biblioteca teria sofrido um pesado desfalque em seu acervo. O recurso à leitura e a escrita pode ser compreendido como uma forma de subverter o cotidiano⁴ asilar marcado pela ociosidade entre o horário das refeições e do recolhimento, numa temporalidade descrita como vaga e demorada. Ler e escrever também se apresentavam como uma alternativa à difícil comunicação com os outros internos.

Com relação a biblioteca do HNA, sabemos através de Venâncio (2005) que esse acervo consistia numa doação pessoal do próprio diretor do HNA Juliano Moreira que, como veremos, teve uma participação decisiva na política administrativa da instituição.

Fato curioso também fora o tratamento amistoso de Juliano Moreira. Essas concessões inseridas num espaço de reclusão e tratamento disciplinar revelam como as relações sociais pautadas no favoritismo, eram também determinantes no funcionamento no hospício. Enquanto filho de um ex-administrador de colônias e autor literário em busca de maior reconhecimento, Lima Barreto desfrutou de pequenas regalias no espaço asilar.

Nem sempre a mudez e a rotina eram constantes no cotidiano do asilo. No espaço asilar as fugas, furtos e revoltas surgiam como rupturas no funcionamento da instituição. Um fato característico, nesse sentido, ocorreu em

⁴ Fazemos aqui referência a concepção de cotidiano elaborada por Certeau (1990) enquanto prática subversiva de apropriação dos espaços e de produção de significados próprios. O campo tensão entre as estratégias e as táticas diz respeito as diferentes formas de exercício do poder. Enquanto a estratégia se estabelece a partir de uma referência institucional de agenciamento do poder, a tática corresponde a uma subversão no campo do outro em forma de resistência a um dado funcionamento estabelecido a priori. Tais noções se aproximam da concepção de poder de Foucault (2007) que em sua dimensão microfísica sempre pressupõe a resistência.

20 de janeiro de 1920 quando um dos internos de nome Duque Estrada em estado de embriaguez subiu no telhado de umas das dependências do HNA, causando tumulto e chamando à atenção dos transeuntes que trafegavam próximos ao hospício:

[...] Veio o corpo de bombeiros, com uma escada, para tirá-lo de cima do telhado. Ele partiu as telhas e pôs-se a atirá-las em cima do povo que assistia o espetáculo do lado da rua. Não parece intimidado. Está seminu e, apesar de saber perfeitamente que está tomado de loucura alcoólica, de pé, na cumieira do pavilhão, destinado à rouparia, como que vi, naquele desgraçado, a imagem da revolta (BARRETO, 2004: 100).

Esse mesmo interno liderou uma revolta no HNA que ficou conhecida na imprensa carioca como a Revolta dos Loucos ocorrida no dia 27 de janeiro de 1920, também registrada no *Diário do Hospício*. Segundo o autor, metade dos internos da seção Pinel armados de trancas teriam causado um motim no setor, mobilizando a intervenção dos bombeiros e da força policial. Tal fato chamou a atenção dos outros internos e dos vizinhos que observavam toda a movimentação.

Para um paciente literato atento à dinâmica interna do hospício, esses eventos eram indícios de articulações e manobras políticas em torno da administração do HNA: “...O que é evidente é que alguém fornece meios e modos ao D.E. para ele fazer esses escândalos todos, no intuito de desacreditar alguma pessoa influente no hospício ou mesmo toda a diretoria”. (Ibidem: 110) Para a imprensa carioca, a Revolta dos Loucos resultou da superlotação dos internos e da má remuneração dos funcionários da instituição. A situação precária da instituição também fora notada pela gestão pública que alertava sobre a possibilidade de incidentes dada a grande aglomeração de pacientes de procedências diversas.

O testemunho do autor literário, que também se dedicava à crônica jornalista, não dissociava a escrita de si das questões políticas que o circundava. Na ocasião em que fora entrevistado em 31/01/1920 no HNA pelo jornal carioca *A Folha* (BARBOSA, 1964), Lima Barreto destacou sua intenção de apresentar, através da escrita ficcional, a realidade do cotidiano asilar com todas suas contradições e tensões que ele mesmo vivenciou e registrou. Nesse sentido, não receou ao comentar: “No Hospício também predomina o pistolão” (BARBOSA, 1964: 285).

O alcoolismo na psiquiatria brasileira

A breve estadia de Lima Barreto no HNA não deixou de registrar a atuação de alienistas como Juliano Moreira e Henrique Roxo que tiveram uma participação decisiva nos rumos da psiquiatria no país. O alcoolismo fora uma questão decisiva para a nascente psiquiatria brasileira que apesar de compartilhar da concepção do álcool como substância nociva, divergia sobre suas determinações e formas de tratamento.

A referência que o autor fez a Juliano Moreira como uma figura paternal e cordial nos leva a interrogar sobre a atuação desse médico no campo da psiquiatria de sua época. Médico, baiano, negro, de origem social humilde, Juliano Moreira assumiu o cargo de diretor do HNA no ano de 1903, após o inquérito ministerial que atestava as péssimas condições de tratamento dos internos. Após longa estadia na Europa – onde absorveu as novas tendências da psiquiatria alemã, sobretudo, as de Kraepelin – Juliano Moreira realizou várias reformas no espaço asilar como a abolição das camisas de força, das celas e o estabelecimento de uma biblioteca com seus livros pessoais.

Segundo Venâncio (2005) a nomeação de Juliano Moreira como diretor do HNA corroborou com a estratégia política da gestão Pereira Passos (1902-1906) de reforma e modernização do espaço urbano da capital federal. Conforme Caldas (1930), Juliano Moreira fora o primeiro a preconizar no ano de 1906 a necessidade de um movimento de higiene profilática no campo da psiquiatria. Fora também um dos fundadores da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (1908) e da Liga Brasileira de Higiene Mental (1922), instituição que levou a cabo a proposta de uma profilaxia mental.

Com relação ao alcoolismo, o psiquiatra baiano considerava que o hospício não era eficaz no tratamento dos ébrios habituais já que as recorrentes reincidências desses pacientes interferiam na disciplina asilar, além de torná-los “parasitas” na instituição. Criticava, dessa forma, a facilidade de reingresso desses pacientes através da polícia. A prisão, para Juliano Moreira, também não se configurava como local de tratamento para os alcoolistas: “... Os estabelecimentos penaes soltam-nos com as mesmas tendencias a se embriagarem e, o que é mais grave, muitas vezes pervertidos pelo contacto dos criminosos” (MOREIRA, 1933).

O alienista era a favor, portanto, da criação de um sanatório especial para

alcoolistas de acordo com os modelos adotados na Europa e Estados Unidos que teriam, segundo o psiquiatra, demonstrado sua eficácia.

Este sanatório-colônia deve ser em uma fazenda não muito distante da capital, com uma parte hospitalar para os casos agudos, ou os crônicos em surtos agudos, e uma colônia onde fosse possível dar aos pacientes, trabalhos de varia natureza, conforme as aptidões de cada um. A praxitherapia será o melhor meio de assistência a taes doentes. (MOREIRA, 1933: 126).

Portocarrero (2002) elucida que esse projeto de uma instituição específica para alcoolistas era uma das propostas prioritárias de Kraepelin em seu *Tratado de Psiquiatria* (1856-1926):

A necessidade mais urgente é a de prover sanatórios para alcoólatras. No que diz respeito aos alcoólatras principiantes, qualquer tratamento falharia se não fossem instituídos sanatórios especiais para os casos curáveis, facilitando de tal modo o princípio voluntário da cura sistemática. (KRAEPELIN Apud PORTOCARRERO, 2002: 133).

Nesse sentido, a proposta de Juliano Moreira era uma nítida apropriação da psiquiatria kraepeliana, tendo como fundamento a concepção do alcoólatra como um paciente distinto do doente mental, que necessitaria, portanto, de uma instituição própria, tendo em vista que a permanência de alcoólatras nos asilos de alienados comprometia o funcionamento da instituição e não trazia resultados eficientes para esses pacientes.

Em nossa pesquisa, não encontramos nenhum registro de instituições brasileiras exclusivas para alcoolistas nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, a proposta de um tratamento através da praxiterapia era corrente e polêmica no campo psiquiátrico brasileiro. A praxiterapia elaborada pelo alemão Hermann Simon, consistia numa proposta de tratamento através do trabalho compulsório. No Brasil, essa proposta terapêutica justificou a criação de colônias agrícolas como a Colônia Agrícola de Engenho de Dentro no Rio de Janeiro e a Colônia Agrícola de Barreiro em Recife (1931), destinadas aos pacientes psiquiátricos aptos ao trabalho braçal, aos menores delinquentes e aos considerados vadios, desocupados e criminosos.

A polêmica entre os psiquiatras residia nos resultados terapêuticos da praxiterapia. Exemplar, nesse sentido, era a crítica de Ernani Lopes diretor da Colônia Agrícola de Engenho de Dentro a Ulisses Pernambucano fundador da Colônia Agrícola de Barreiro. Para o psiquiatra carioca as colônias agrícolas só apresentavam resultados econômicos de suas culturas agrícolas, mas poucos efeitos terapêuticos. Por outro lado, o psiquiatra pernambucano era defensor

inconteste do trabalho terapêutico, chegando a transferir pacientes do Hospital de Doenças Nervosas e Mentais do Recife para a nova colônia agrícola (MIRANDA, 2006).

De modo geral, a postura de Juliano Moreira no campo da psiquiatria era singular ao não compactuar com o determinismo racial corrente no pensamento de seus contemporâneos (VENÂNCIO, 2004). Contudo, o psiquiatra não abandona a idéia de degeneração por causas externas como seria o caso do alcoolismo e da sífilis. Nesses casos, a profilaxia se pautava na instrução pedagógica, no trabalho e na melhoria das condições de vida.

O alcoolista, diferente do louco, seria um degenerado corrompido pelas bebidas alcoólicas, sobretudo pela cachaça, que comprometeria com seu vício toda a ordem social. O trabalho, portanto, seria a via privilegiada para o tratamento do sujeito alcoolista, regenerando-o e tornando-o produtivo, além de assegurar a boa ordem social.

Foucault (2002) nos chama a atenção para o surgimento da categoria psiquiátrica do anormal em meados do século XIX com intuito de estabelecer uma distinção frente à doença mental propriamente dita. Morel e Kraepelin tiveram uma participação decisiva na construção dessa categoria, com a teoria da degenerescência e da classificação psiquiátrica respectivamente. A manifestação do delírio era o principal fator de diferenciação entre os anormais e os doentes mentais. Em geral, o anormal seria aquele indivíduo que em seu ato, considerado patológico, não manifestaria sinais de loucura. Nesse sentido, Foucault destaca três eixos de classificação dos anormais, a saber: o grande monstro, o onanista e o indisciplinado. Os parricidas, regicidas e hemafroditas comporiam o primeiro grupo, sendo o segundo composto pelas crianças e jovens de sexualidade ativa. O terceiro grupo seria formado pelos os indisciplinados, sujeitos corrompidos em sua infância, herdeiros dos fatores degenerativos contrários à norma. A hereditariedade e a degenerescência fariam do anormal indisciplinado uma ameaça social na medida em que esse seria o grande causador das mazelas sociais:

[...] não é necessariamente uma doença que provoca outra, mas algo como um vício, um defeito. A embriaguez, por exemplo, vai provocar na descendência qualquer outra forma de desvio de comportamento, seja o alcoolismo, claro, seja uma doença como a tuberculose, seja um doente mental ou mesmo um comportamento delinqüente. (FOUCAULT, 2002: 399).

Se nas memórias de Lima Barreto, o encontro com Juliano Moreira fora registrado de forma amistosa e paternal, o mesmo não ocorreu na ocasião em que foi avaliado por Henrique Roxo:

Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quatro anos, nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai nele (BARRETO, 2004: 21-22).

O médico em questão fora um dos principais representantes da eugenia no país ao longo da década de 20, ao lado de Juliano Moreira, Ernani Lopes e Afrânio Peixoto. Uma marca distintiva do pensamento de Henrique Roxo era sua tese de que os negros eram mais propensos à degenerescência e às psicopatias mentais.

Sobre a relação álcool e degenerescência, Henrique Roxo num artigo intitulado *A Influência do Regime Alimentar na Gênese do Nervosismo* considerava o álcool como uma bebida que comprometia o aperfeiçoamento da raça, enquanto substância degenerativa. Era também conclusão de Henrique Roxo que os negros seriam os mais vulneráveis aos efeitos nocivos do álcool: “De cérebro mais fraco, ressentem-se mais e o delírio alcoólico em pouco surge”. (ROXO Apud SAMPAIO, 1922: 49).

O pensamento de Kraepelin chegou a Henrique Roxo e a seus discípulos como uma demanda classificatória:

Talvez o Sr. tenha a bondade de me comunicar, se e em que condições lhe é possível, em seu trabalho, colleccionar observações sobre a proporção clínica da loucura nas diversas camadas sociaes de sua população. (KRAEPELIN Apud SAMPAIO, 1922: 06)

Esse fragmento de uma carta do psiquiatra alemão ao jovem alienista brasileiro, motivou a tese do discípulo Eurico Sampaio de classificação e categorização dos alienados mentais na capital Federal. Nesse sentido, o médico fez uso da classificação estabelecida pela Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal que dividia os alienados mentais em 14 grupos:

- 1.º Psychoses infecciosas
- 2.º “ auto-tóxicas
- 3.º “ hetero-tóxicas
- 4.º Demencia precoce
- 5.º Delírio sistematisado allucinatório chronico. Parafrenias

- 6.º Paranóia
- 7.º Psychose maníaco-depressiva
- 8.º “ de involução
- 9.º “ por lesões cerebraes
- 10.º Paralysis geral.
- 11.º Psychose epilética
- 12.º Psychoses ditas nevrosicas
- 13.º Estados atypicos de degeneração
- 14.º Imbecilidade e Idiotia (SAMPAIO, 1922: 24).

Essa proposta de classificação partiu da iniciativa de psiquiatras como Antônio Austregésilo, Afrânio Peixoto, Henrique Roxo e Juliano Moreira com o intuito de padronizar as estatísticas das instituições asilares brasileiras. Para uma psiquiatria de inspiração kraepeliana, a nosografia ocupava um lugar central para uma discriminação dos doentes mentais e das degenerações. A descrição sintomatológica e seu agrupamento em grupos distintos eram fundamentais para a validação da psiquiatria como saber científico.

A originalidade da tese, segundo Sampaio, consistia no levantamento estatístico junto aos internos das instituições asilares do Rio de Janeiro, sobretudo, dos pavilhões do HNA e sua respectiva classificação de acordo com as categorias nosográficas supracitadas. Nesse sentido, o alcoolismo estava incluso no grupo das Psychoses Hetero-tóxicas, o terceiro da classificação, com duas subdivisões: A – Psychoses Alcoólicas e B – Morphinomania e Cocainomania.

Dos 280 alcoolistas internados nessa instituição no período da pesquisa, 184 eram homens e 96 mulheres. 146 eram analfabetos, 67 de instrução “rudimentar” e 45 de instrução “elementar”. Quanto à profissão a maioria foi classificada como lavradores, seguidos pelos trabalhadores.

No prontuário médico de Lima Barreto no HNA em 1919, o diagnóstico de alcoolismo fora estabelecido a partir do exame de anamnese, no qual o médico observava os sintomas físicos em busca de indícios patológicos: “É um individuo precocemente envelhecido, de olhar amortecido, faces de bebedor, regularmente nutrido”. (BARBOSA, 1959: 342).

De fato, a fotografia do prontuário (Ilustração 2) nos apresenta uma imagem do autor bem diferente da foto anterior de dois anos atrás. Essa descrição somática, juntamente com o histórico clínico do paciente, era fundamental para uma classificação precisa no campo da nosografia psiquiátrica: “... Perfeitamente orientado no tempo, lugar e meio, confessa desde logo fazer uso, em larga escala de parati; compreende ser um vício muito prejudicial, porém,

apesar de enormes esforços, não consegue deixar a bebida”. (Ibidem: 342).

As perguntas dirigidas ao paciente tinham como função identificar na história de vida do mesmo as possíveis causas hereditárias e degenerativas de sua patologia. Nessa ocasião, o médico não deixara de registrar suas impressões pessoais a partir dos dados fornecidos pelo paciente: “Indivíduo de cultural intelectual, diz-se escritor, tendo já quatro romances editados, e é atual colaborador da Careta” (Ibidem: 342).

Sampaio destacava que dentre os três grandes fatores de decadência humana, a saber: o alcoolismo, a loucura e a criminalidade e as três grandes enfermidades populares: o alcoolismo, a tuberculose e sífilis, o álcool se apresentava como a causa central desses malefícios à humanidade e à saúde coletiva. A associação entre alcoolismo e loucura era possível na medida em que a ingestão alcoólica era identificada como um dos fatores de origem da loucura. Da mesma forma, o uso do álcool levaria à prática de atos delituosos. Por sua vez, os tuberculosos eram identificados também como consumidores de bebidas alcoólicas, fator esse considerado etiológico dessa doença.

A teoria da degenerescência se apresentava como um argumento central para a concepção do álcool como uma substância nociva. Estabelecida por Morel, essa teoria defendia a idéia de que fatores internos como a constituição racial; e externos como o ambiente e substâncias tóxicas, seriam causas determinantes na degeneração do organismo humano. Sampaio recorreu ao quadro da geração dos alcoólatras de Morel para demonstrar os efeitos degenerativos do álcool na descendência humana:

1ª Geração: - immoralidade, depravação, embrutecimento moral.

2ª “ : - embriaguez hereditária, acessos maníacos, paralyasia geral.

3ª “ : - tendências hypocondriacas, delírio persecutório, tendências homicidas

4ª “ : - inteligência pouco desenvolvida, estupidez, transição ao idiotismo, extinção provável da raça. (MOREL Apud SAMPAIO: 35).

Dessa forma, na lógica higienista, o álcool era o “laxismo causal”, o intermediário direto da decadência humana e das doenças atribuídas aos pobres. O alcoolismo manteria uma relação proporcional com a loucura e com o crime; quanto maior o consumo alcoólico, maior seria a incidência desses fatores. Conclui o médico:

E si se juntar ainda a proporção do mal originário do alcoolismo por via hereditária, chega-se a uma conclusão definitiva que o alcoolismo, a maior praga social, moral e physica que afflige a humanidade, concorre para o despovoamento dos territórios e para a extinção das

raças com o espantoso coeficiente de 2/3. (SAMPAIO, 1922: 33).

O prognóstico sugerido pelo médico consistia em propostas de taxação e proibição das bebidas, estando dessa forma situado no debate propriamente eugenista. Vale ressaltar que nomes como os de Henrique Roxo e Juliano Moreira surgem no decorrer da tese como referências de alienistas renomados. Essa perspectiva do álcool como degenerativo social se destacava dentre as outras alienações mentais apresentadas na tese.

Escrita de si x norma médica

Sobre as teorias hereditárias correntes na época, Lima Barreto tece um comentário interessante:

[...] Procuram os antecedentes do indivíduo mas nós temos milhões deles e, se fosse possível conhece-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda a sorte. (BARRETO, 2004: 12).

Esse questionamento original colocava em xeque a lógica discursiva antialcoólica, apontando, com lucidez e ironia, as contradições e absurdos das prerrogativas médicas sobre a hereditariedade e degenerescência. Se o álcool fosse de fato, como acreditavam médicos e juristas da época, a causa geral de todas as mazelas sociais como a criminalidade, o suicídio e a loucura e seus efeitos transmitidos por gerações, ninguém estaria livre dos fatores degenerativos. Portanto, todos seriam loucos, criminosos e alcoólatras em alguma medida.

Por que, se perguntava o autor, o amor, a riqueza, os títulos e as posições não seriam também causas da loucura? Essa crítica ao pensamento científico de sua época, segundo Sevcenko (1995), revela o ceticismo de Lima Barreto ao projeto modernizador encarnado pela ciência.

A lucidez de seu raciocínio e crítica apresentava um rigor analítico, muitas vezes ausente nas elaborações teóricas sobre o alcoolismo fortemente marcadas pela moralidade capitalista. O alcoólatra, enquanto construção discursiva, encarnava as representações negativas de uma sociedade urbana que valorizava o trabalho, o corpo saudável, a sobriedade e a paternidade como ideais masculinos (CHALHOUB, 2001; MATOS, 2000).

Não à toa, a preocupação médica com o alcoolismo destacava os homens

trabalhadores como as maiores vítimas do álcool. Em geral, que a discursividade antialcoólica não diferenciava de forma rigorosa o alcoolismo da embriaguez e do consumo moderado de bebidas alcoólicas.

Um dos efeitos característicos da categorização psiquiátrica era a padronização das subjetividades, a partir do estabelecimento de uma sintomatologia definidora da doença ou da degeneração (COSTA, 2007). As teorias científicas sobre o alcoolismo se apresentavam como verdades incontestes, justificando as práticas de reclusão asilar. Assim como o louco, o “alcoólatra” era silenciado em sua singularidade.

Mas o que Lima Barreto tinha a dizer sobre sua condição? Ao interrogar sobre sua inclinação a beber o autor comenta:

[...] muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma **catástrofe doméstica** sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterra-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amendrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem **colocação condigna com minha instrução**; e eu me aborrecia e **procurava distrair-me**, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chopp, o whisky, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. (BARRETO, 2004: 9). (grifos nossos)

Essa “catástrofe doméstica” estava relacionada à posição de arrimo da família que Lima Barreto assumiu depois do adoecimento de seu pai. A possibilidade de enlouquecer, as expectativas frustradas, o temor pelo fracasso e o sentimento de medo, somado às dificuldades financeiras, contribuíram para que o mesmo buscasse na bebida um lenitivo para seu sofrimento através de uma embriaguez contínua. Sobre o “vício” o autor comenta:

[...] Oh! Meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande **choque moral**, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a **liberdade de realizar o ideal que tinha na vida**, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro. (BARRETO, 2004:09). (grifos nossos).

Nessa catarse através da escrita, Lima Barreto revelou que seu drama pessoal, em torno do consumo excessivo de bebidas, estava intimamente relacionado aos ideais de vida conflitantes entre as escolhas pessoais e as obrigações familiares. A loucura e invalidez de seu pai pressupunham que o

autor teria que assumir uma posição paterna perante sua família, abandonando dessa forma seus estudos na escola Politécnica e passando a trabalhar muito cedo, em detrimento da concretização de seu ideal como escritor literário.

Dessa forma, ao registrar suas memórias, o autor elaborou um discurso sobre si, atribuindo sentidos próprios ao seu “alcoolismo”. Lima Barreto partindo de sua experiência pessoal questionava o pensamento médico corrente, ao indicar um mais além, não quantificado pelo saber científico que silenciava ou mesmo anulava as singularidades daqueles que sofriam em torno dos ideais.

Sua experiência como interno do HNA registrada em forma de diário ofereceram subsídios para a escrita ficcional. No romance inacabado *O Cemitério dos Vivos*, boa parte das memórias do autor estão presentes na história de Vicente Mascarenhas, intelectual literato que após a morte do pai ver-se coagido a trabalhar numa repartição pública. O sentimento de frustração no trabalho, no casamento e na vida intelectual, leva Vicente a beber compulsivamente até sua internação no Hospício de Alienados.

Nesse sentido, a escrita de Lima Barreto funcionava como uma produção subjetivante, na medida em que traça contornos frente à mudez da loucura e solidão do asilo. Lugar esse, que apesar de sua complexidade espacial e significativa, marcado pelo indecifrável e vazio. Um cemitério de vivos.

Enquanto a psiquiatria buscava as causas biológicas e morais do alcoolismo, Lima Barreto apontava para outras determinações de seu drama pessoal como causas que o levaram a beber em excesso. Esse sofrimento particular não estava desvinculado dos ideais sociais de sua época que atribuíam ao homem a posição de trabalhador e de responsável pela a família. Nesse sentido, o *Diário do Hospício* de Lima Barreto, ao dar voz e letra ao seu sofrimento, se apresenta como uma evidência valiosa dos modos de subjetivação de uma época, em que muitos buscaram abrandar suas dores no beber recorrente.

Considerações finais

A psiquiatria brasileira tentou seguir os preceitos sanitaristas de profilaxia e de intervenção no social, corroborando dessa forma com um projeto de modernização e higienização da sociedade brasileira. As reformas e a criação de instituições asilares nas principais capitais brasileiras vieram corroborar com esse projeto.

Após a morte de Lima Barreto em 1922, fundou-se no Rio de Janeiro a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que seguindo os preceitos da higiene mental promoveu uma acirrada campanha antialcoólica em várias capitais do país. Esse movimento em torno da profilaxia das doenças mentais era tributário do pensamento psiquiátrico brasileiro das primeiras décadas do século XX e almejava uma intervenção para além das fronteiras do asilo. Nesse sentido, o alcoolismo se apresentava como um entrave aos anseios higienistas, que o concebiam como uma grande causa de degeneração e degradação social.

A experiência de Lima Barreto como paciente do HNA se apresenta como uma evidência privilegiada sobre os modos de subjetivação de uma época marcada por conflitos sociais próprios, na qual a produção de discursos patologizantes e as práticas de reclusão em torno do alcoolismo e da loucura foram questionados pela escrita de si.

Mais do que uma memória de vida, o diário e o conto de Lima Barreto registraram os dramas sociais de sua época, profundamente marcada pelas tensões entre os saberes científicos e as práticas sociais. Dessa forma, a construção do alcoolismo enquanto categoria médica trouxe consigo a complexidade das relações de poder no espaço urbano, além do desencontro entre os discursos e do sujeito consigo mesmo.



Ilustração 1 - Fotografia de Lima Barreto presente na 2ª edição de *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha* em 1917.

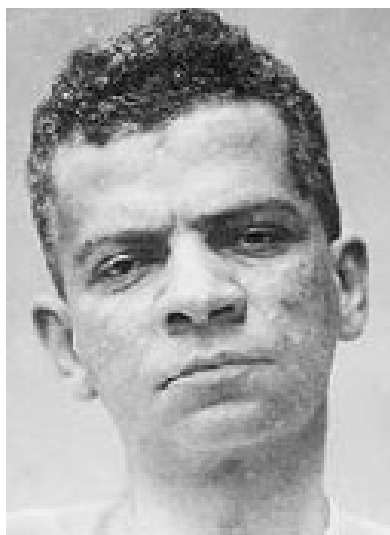


Ilustração 2 - Fotografia de Lima Barreto presente no prontuário médico que registrou sua internação como indigente no HNA em 1919.

Bibliografia

ARANTES, Marco Antonio. *Para Mim, Paraty – Alcoolismo e Loucura em Lima Barreto*. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas. Vol. 4, Nº 01, 2008. pp. 1-17.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

BARRETO, Lima. *O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2004.

CALDAS, Mirandolino. A Hygiene Mental no Brasil. IN: Revista *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Anno II, Nº3, mês março, Rio de Janeiro: Typ. Caxambu, 1930. pp. 69-77.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. Vol.1 Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ªEd. Campinas-SP: Universidade de Campinas - UNICAMP, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5ªEd. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

CUNHA, Maria C.P. *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FACCHINETTI, Cristiana. *Hospital Nacional de Alienados: discursos e práticas para a sociedade brasileira*. IN: XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *Microfísica do Poder*. 24ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Os Anormais: curso no College de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo. IN: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 7-24.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Vivências Amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. N.24, v.2, 2006. pp. 63-102.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MOREIRA, Juliano. Assistência aos Bebedores. IN: Revista *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano VI, Nº2, abril-junho, Rio de Janeiro: Typ. Caxambu, 1933. p.124.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

SAMPAIO, Eurico de Figueiredo. *A Influencia do Typo Social na Alienação Mental*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Typ. América, 1922.

SANTOS(a), Fernando Sérgio Dumas. *Alcoolismo: a invenção de uma doença*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas - UNICAMP, 1995.

SANTOS(b), Nádía Maria Weber. *Histórias de Sensibilidades: Espaços e Narrativas da Loucura em Três Tempos (Brasil, 1905/1920/1937)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VENANCIO, Ana Teresa A. As Faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre o acervo pessoal e suas publicações. *Revista Estudos Históricos - CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro, nº36, 2005.

VENANCIO, Ana Teresa A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2), 2004.pp.283-305.

Colaboração recebida em 3/8/2008 e aprovada em 1/11/2008.